



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000333544

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 1520564-81.2024.8.26.0228, da Comarca de São Paulo, em que é apelante RAFAEL LUAN VIANNA PIRES DA SILVA, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ALEX ZILENOVSKI (Presidente) E FRANCISCO ORLANDO.

São Paulo, 3 de abril de 2025.

LAERTE MARRONE
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Voto nº 25.303

Apelante: Rafael Luan Vianna Pires da Silva

Apelado: Ministério Público

Apelação. Sentença que condenou o réu pelo crime de tráfico de drogas. Recurso da defesa. 1. Quadro probatório insuficiente a evidenciar a responsabilidade penal. 2. No processo penal, cabe ao órgão acusatório, em vista do princípio da presunção de inocência, demonstrar de forma inequívoca que o réu praticou o fato descrito na denúncia, sem o que o caso será de absolvição, ainda que o acusado nada prove. 3. Recurso provido.

1. A r. sentença (fls. 153/160), cujo relatório se adota, julgou procedente a ação para condenar **RAFAEL LUAN VIANNA PIRES DA SILVA** às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais o pagamento de 580 dias-multa, no valor unitário correspondente ao mínimo legal, como incurso no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06.

A defesa (fls. 174/179) apelou, postulando a absolvição por falta de provas. Subsidiariamente, requer: (a) a fixação da pena-base no mínimo legal, (b) a aplicação do redutor previsto no par. 4º, artigo 33, da Lei nº 11.343/06.

Processado o recurso, a D. Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo não provimento (fls. 207/212).

É o relatório.

2. Vinga o apelo.

3. Narra a denúncia (fls. 65/66):

*“Consta do incluso inquérito policial que, no dia 28 de agosto de 2024, por volta das 10h07, no Rua Prates, 1114, Bom Retiro, nesta cidade e comarca de São Paulo, **RAFAEL LUAN VIANNA PIRES DA SILVA**, qualificado a fls. 9 e 12, trazia consigo, para fins de entrega por qualquer forma a consumo de terceiros, 52 (cinquenta e dois) micro tubos contendo cocaína, com massa líquida de 14,1g (quatorze gramas e um decigrama), 31 (trinta e um) eppendorfs contendo cocaína, sob a forma de crack, com massa líquida de 4,07g (quatro gramas e sete decigramas) e 195 (cento e noventa e cinco) invólucros de THC (tetrahidrocannabinol), popularmente conhecida como 'maconha', com massa líquida de 56,3 (cinquenta e seis gramas e três decigramas), conforme auto de exibição e apreensão de fls. 16/17 e laudo pericial de constatação provisória de fls. 22/25, substâncias entorpecentes de uso proscrito na forma da Portaria ANVISA 344/98, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar.*

Segundo se apurou, na data acima indicada, policiais militares avistaram o denunciado de pé, no local acima descrito, já conhecido por ser ponto de tráfico, ao lado de uma mesa, contando algumas notas de dinheiro, com uma bolsa ao seu lado.

*Ao notar a presença policial, **RAFAEL** demonstrou nervosismo e tentou se evadir, mas foi abordado e detido.*

Em regular revista pessoal, os policiais localizaram a droga acima descrita. Também foram encontrados R\$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco reais – depositado a fls. 59/60) em dinheiro trocado e anotações contábeis típicas do tráfico.

Diante desses fatos, o denunciado foi preso em flagrante e levado ao Distrito Policial.

*Interrogado, **RAFAEL** optou pelo silêncio (fls. 09).*

As circunstâncias da abordagem, bem como a grande quantidade e apreensão de drogas variadas, embaladas individualmente prontas

para o comércio, indicam que o denunciado portava os entorpecentes para fins de tráfico. Ademais, o dinheiro trocado apreendido e o caderno de anotações não deixam dúvidas acerca dessa condição

(...)”.

4. Certo que a materialidade do delito acha-se positivada pelo boletim de ocorrência (fls. 02/06), auto de exibição e apreensão (fls. 16/17), laudo de constatação (fls. 22/25), bem como pelos laudo referente ao exame químico-toxicológico (fls. 74/76), o qual constatou que as substâncias apreendidas eram maconha (THC) e cocaína.

5. Mas os elementos de prova não são suficientes para firmar a autoria.

O acusado Rafael Luan Vianna Pires da Silva, silente em solo policial (fls. 09), em juízo (termo de audiência de fls. 118/119), repudiou a imputação.

Narrou, em suma, que estava andando em direção à porta da favela, quando o policial Samuel entrou, e o traficante empreendeu fuga. O policial Samuel perguntou ao declarante e a outras pessoas que estavam pelo local para onde havia ido o traficante, ao que o interrogando respondeu que não sabia; então, o policial o enquadrrou e o deixou parado em frente à igreja que havia na invasão. Após, o policial voltou; em poder do interrogando, havia R\$ 47,00 em moedas, que usaria para comprar café da manhã e droga para seu consumo. Então, o policial disse que, se não dissesse onde estava o traficante, o interrogando teria de assumir a droga que ele havia encontrado. Indagado, afirmou que o primeiro policial que falou na audiência não participou da abordagem, apenas o levando na viatura à delegacia.

Questionado, afirmou que, ao voltar, o policial já estava com a pochete na mão, dizendo que entregasse o traficante.

Verdade que não logrou demonstrar que os fatos se deram exatamente como narrado, de sorte a assentar um provimento jurisdicional que proclamasse, de forma enfática, que não cometeu o delito.. Mas os demais dados probatórios não têm o condão de dobrar a negativa, enquanto declaração genérica de não cometimento da infração.

Sabe-se, com efeito, que no processo penal, mercê do princípio constitucional da presunção de inocência, cabe ao órgão acusatório demonstrar, de forma inquestionável, que o réu praticou o fato descrito na denúncia; não se desincumbindo a contento deste ônus, a hipótese é de absolvição, ainda que o acusado nada prove. Conforme assentou o **Supremo Tribunal Federal, “não compete, ao réu, demonstrar a sua inocência. Cabe, ao contrário, ao Ministério Público, comprovar, de forma inequívoca, para além de qualquer dúvida razoável, a culpabilidade do acusado” (HC nº 88.875, relator Ministro Celso de Mello, julgado em 07/12/2010, DJ 12/03/2012).**

Por sua vez, não se ignora a existência de elementos probatórios em prol da imputação.

Com efeito, os policiais militares Diego Pinheiro de Souza e Otávio de Leste Vieira declararam, na etapa pré-processual (Fls. 07/08), que efetuavam patrulhamento quando avistaram *“em um dos cantos da viela (corredor), um homem alto em pé, ao lado de uma mesa, contando algumas notas de dinheiro, com uma bolsa ao seu lado. Ao avistar a polícia, o homem demonstrou nervosismo e tentou se evadir do local, motivo pelo qual foi abordado. Durante a revista*

peçoal, foi identificado como Rafael Luan Vianna Pires Da Silva. Na bolsa que ele portava, foram encontrados 52 (cinquenta e dois) papélotes de substância embalada que aparentava ser cocaína, 195 invólucros plásticos contendo substância esverdeada, aparentando ser maconha, e 31 (trinta e um) invólucros plásticos contendo substância marrom, aparentando ser crack. Também foram encontrados R\$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco reais) em dinheiro trocado e anotações contábeis.”

Em seu depoimento judicial (fls. 118/119), o policial militar Otávio de Leste Vieira declarou que efetuava patrulhamento em motocicleta com o seu parceiro quando, ao chegarem ao local, conhecido pelo tráfico de drogas, se depararam com o acusado, que portava uma pochete contendo entorpecentes. Indagado, afirmou que, no momento da abordagem, ele estava no corredor de uma casa de ocupação, sentado em frente a uma mesa, onde estavam dinheiro, celular e drogas. Questionado, afirmou que não se recorda se ele vestia a pochete, mas lembra que a droga estava dentro da pochete. Indagado, declarou não se lembrar se, informalmente, houve confissão, mas esclareceu que ele não resistiu à prisão e aceitou a abordagem. Questionado, declarou que a abordagem foi motivada por ser um local conhecido pelo tráfico de drogas. Indagado pela defesa, afirmou que sua equipe composta pelo declarante e o policial Diego, em uma motocicleta, mas que também foi chamado o apoio, prestado pelo policial Samuel.

O policial militar Diego Pereira de Souza relatou, em juízo (fls. 118/119), que efetuava patrulhamento em motocicleta, quando avistaram uma viatura; assim, desembarcaram das

motocicletas e incursionaram pela ocupação, avistando um indivíduo sentado, comercializando entorpecentes, e contando diversas notas. Indagado, afirmou que a viatura chegou praticamente junto com o declarante e seu parceiro, que estavam nas motocicletas. Indagado, esclareceu que o acusado estava sozinho, contando as notas, e, informalmente, admitiu que havia acabado de assumir o “serviço”. Questionado, afirmou que a abordagem ocorreu porque o acusado estava visivelmente fazendo a contagem dos entorpecentes, esclarecendo que parte da droga estava guardada, e parte sendo contada por ele. Além disso, informou haver anotações típicas do tráfico. Indagado, confirmou que, informalmente, o acusado confessou a traficância. Questionado, esclareceu que o policial Samuel foi quem ficou na entrada da comunidade.

Pois bem.

Em que pesem aos depoimentos dos policiais militares – que, no diz respeito à essência da imputação, foram harmônicos entre si –, não se pode ignorar que a dinâmica fática capturada pela câmera corporal dos agentes não combina totalmente com esse cenário.

Com efeito, a partir de 11:40 do arquivo “vídeo (sem audio) DIEGO” (fls. 132), é possível ver que os agentes trafegam em suas motocicletas, quando avistam uma viatura parada na rua; então, desembarcam e incursionam por um estreito corredor, ao fim do qual se deparam com o acusado, que já se encontra detido por outro policial militar – que está vestindo uma boina, e não um capacete, a indicar que não se trata de nenhum dos policiais ouvidos em juízo (que, como por eles relatados, efetuavam patrulhamento em motocicletas).

Não se pode excluir que tenha sido captada pelas câmaras apenas parte da ação. No entanto, **a divergência é suficiente para dobrar a prova acusatória, no sentido de que a prova não é clara o suficiente quanto à dinâmica dos fatos.**

Em outras palavras, embora não haja prova de que os fatos se deram tal como apregoados pelo acusado, não se pode ignorar que as imagens da câmera corporal **parecem** corroborar sua versão – ao menos quanto à sua alegação de que os policiais ouvidos em juízo não foram os responsáveis pela sua abordagem inicial.

Enfim, não há certeza suficiente para se optar por alguma das versões existentes nos autos. **Tem-se um cenário de dúvida, a justificar a absolvição por insuficiência probatória.**

6. Ante o exposto, **dou provimento ao recurso, para absolver o acusado RAFAEL LUAN VIANNA PIRES DA SILVA da imputação da prática do crime previsto no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.**

Expeça-se alvará de soltura clausulado.

Oficie-se, comunicando.

LAERTE MARRONE

Relator